

Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito¹

Pointers for the theoretical and methodological evaluation of microcredit programmes

Notas teóricas y metodológicas para la evaluación de programas de microcrédito

Pointeurs pour l'enseignement théorique et méthodologique d'évaluation des programmes de microcrédit

*Alcides Fernando Gussi**

Resumo: Este artigo apresenta reflexões teórico-metodológicas iniciais para a avaliação de programas de microcrédito, especificamente o CrediAmigo do Banco do Nordeste – BNB. Para tanto, este artigo: (i) expõe a discussão teórica que fundamenta as reflexões sobre os programas de microcrédito, notadamente o CrediAmigo; e (ii) apresenta a proposta metodológica que circunscreve uma pesquisa etnográfica sobre o CrediAmigo com base na trajetória institucional do programa, desde sua elaboração entre os funcionários do alto e médio escalão do banco nas dependências da Diretoria, das Áreas Operacionais e da Superintendência até sua execução final pelos funcionários das Unidades CrediAmigo que atuam junto aos clientes de diversas comunidades locais atendidas pelo programa. O estudo da trajetória institucional do CrediAmigo visa verificar como vem sendo, de fato, implementado o microcrédito do BNB e, com isso, contribuir como um instrumento para sua avaliação, assim como a de outros programas de microcrédito.

Palavras-chave: políticas públicas; avaliação; metodologia; microcrédito; Banco do Nordeste

Abstract: This article presents theoretical and methodological considerations for the initial assessment of the microcredit programmes, specifically the CrediAmigo of Banco do Nordeste – BNB. For both, this article (i) sets out the theoretical discussion that based on the reflections of microcredit programmes, notably the CrediAmigo, (ii) and submit the proposal methodological circumscribing an ethnographic research on the CrediAmigo based institutional trajectory of the program, since their development between the officials of high and medium grade in dependencies of the bank's Board of Operating Areas and Superintendence until its final implementation by officials of CrediAmigo units that work closely with clients from various local communities attended the programme. The study of institutional trajectory of CrediAmigo to verify and have been, in fact, implemented the microcredit the BNB and thereby contribute as a tool for evaluation as well as from other programmes of microcredit.

Keywords: public policy; evaluation; methodology; microcredit; Banco do Nordeste

* Historiador, mestre em antropologia social e doutor em educação pela UNICAMP, é professor do Departamento de Economia Doméstica e do Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. E-mail: agussi@uol.com.br

Introdução

Contemporaneamente, programas de microcrédito têm-se apresentado como alternativas de políticas de geração de renda voltadas para parcelas da população em situação de exclusão do crédito e vêm alinhando-se às políticas de desenvolvimento social de vários países, dentre eles o Brasil.

Este artigo apresenta reflexões teóricas e metodológicas iniciais para a avaliação de programas de microcrédito, especificamente o Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste – BNB. Para tanto, parto da hipótese analítica de que as experiências desses programas, inseridas nas políticas de desenvolvimento regional do BNB, seriam mediadas pela cultura na medida em que revelam diferentes significados acerca da ideia de desenvolvimento atribuídos por distintos funcionários do banco vinculados às ações do programa. Estreitamente relacionada a essa hipótese, apresento uma proposta metodológica que, sob a perspectiva da pesquisa etnográfica, baseia-se no acompanhamento da trajetória institucional do CrediAmigo, em que se verifica um percurso desde a elaboração do programa entre os funcionários do alto escalão do BNB nas dependências da Diretoria, Áreas Operacionais e Superintendências até a sua execução final pelos funcionários das Unidades CrediAmigo junto aos clientes de diferentes comunidades locais atendidas.

Entendo que o estudo da trajetória institucional do CrediAmigo visa verificar como vem sendo, de fato, implementado o programa de microcrédito do BNB e, com isso, contribuir como um instrumento para a sua avaliação, assim como para a avaliação de outros programas de microcrédito.

É necessário ressaltar que programas de microcrédito, implementados por distintas instituições em inúmeras localidades, no país e fora dele, vêm sendo estudados por pesquisadores em seus diferentes aspectos, como, por exemplo, aquele que se refere aos beneficiados por esses programas, revelando uma crescente necessidade de avaliação dos mesmos em consonância com demandas das instituições e dos formuladores de políticas públicas em conhecer seus resultados

sociais; ressalta-se, ainda, que o CrediAmigo foi alvo de uma recente avaliação financeira pelo próprio BNB (Neri e Medrado, 2005). Ainda que não caiba no escopo deste artigo realizar uma revisão desses estudos, já discutidos em Gonçalves e Gussi (2007), entendo que a proposta teórico-metodológica aqui apresentada dialoga com eles e constitui-se, em relação a esses estudos, em contraponto, na medida em que toma como foco específico o estudo etnográfico da dimensão institucional como ferramenta para sua avaliação.

Este artigo está dividido em duas partes: a primeira, contendo a discussão teórica que fundamenta as reflexões sobre o estudo dos programas de microcrédito, notadamente o CrediAmigo do BNB; a segunda, constituída pela apresentação de uma proposta metodológica para a avaliação desse programa.

A discussão teórica

“O nosso negócio é o desenvolvimento” (<http://www.bnb.gov.br>). Com esta chamada, o *site* oficial do BNB leva-nos a pensar o lugar que esse banco ocupa no contexto das políticas públicas de desenvolvimento no Nordeste, o que permite situar seu programa de microcrédito, o CrediAmigo.

Para tanto, é necessário problematizar o contexto de reestruturação do capitalismo contemporâneo, brasileiro e mundial, e particularmente o de reordenamento do sistema financeiro, para situar analiticamente o lugar institucional e histórico do BNB, como agente político, na implementação dos programas de microcrédito.

A dinâmica das relações capitalistas contemporâneas vem apontando para um processo estrutural que Chesnais (1996, 1999) denominou “a mundialização do capital”, que é o resultado da mundialização dos mercados e serviços financeiros no âmbito global e aponta para a tendência de diminuição do controle dos Estados nacionais sobre o fluxo de capitais. Porém o autor chama a atenção para o caráter seletivo deste movimento de capitais que, controlado por quem está situado em posição privilegiada no mercado, seleciona ao mesmo tempo em que exclui

países e camadas sociais, de forma que nem todos participam igualmente do processo de mundialização. O autor considera como excluídos deste os países que, impelidos pela imposição das políticas de liberalização, participam do movimento de forma marginal, do mesmo modo que, em cada país, camadas da população são sistematicamente excluídas da participação nos benefícios auferidos pelo desenvolvimento do processo produtivo (Chesnais, 1996,1999).

Apoiando-se nessas ideias, pode-se pensar que o Brasil, como parte da América Latina e ocupando posição de devedor no plano internacional, inclui-se no rol de países marginalizados frente ao movimento de mundialização do capital. Similarmente, quando se considera o território nacional, o Nordeste brasileiro e parte significativa de sua população seriam duplamente excluídos desse processo.

Dentro deste quadro de mundialização do capital – excludente e seletiva – e complementar a ele, ganha força a política ideológica neoliberal que retoma e desenvolve os princípios de “mão invisível” do mercado como orientadores da economia e redefine o tamanho e a natureza do Estado-nação. Assim, ganham corpo políticas de desregulamentação, privatização e cortes no orçamento do Estado, sobretudo o destinado às políticas sociais. Ao mesmo tempo, aumenta o papel fiscalizador da implantação da política neoliberal exercido por organismos econômicos supranacionais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio –, novas autoridades políticas atuantes nos países periféricos como o Brasil, que muitas vezes orientam as diretrizes de suas políticas sociais (Moraes, 2002, 2004).

Ainda neste contexto, quando se considera especificamente o sistema financeiro nacional e mundial, observa-se a ocorrência de um processo de reestruturação orientada pela mundialização do capital. Essa reestruturação promoveu a abertura financeira da América Latina e, particularmente, do Brasil, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990 (Freitas, 1999; Freitas e Prates, 1998, 2001).

Disso resultaram a ampliação da presença de bancos estrangeiros no sistema finan-

ceiro nacional e o enfraquecimento dos bancos públicos brasileiros. Quanto à diminuição da participação dos bancos públicos no conjunto do sistema bancário nacional, em que pese ainda a participação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, isso se deveu principalmente à privatização dos bancos estaduais. Por tudo isso, os bancos públicos foram perdendo sua função de fomentadores de políticas sociais de desenvolvimento nos âmbitos federal e estadual (Gussi, 2001, 2004, 2007; Rodrigues, 2004).

Contudo, nesse cenário de mundialização do capital, retração do Estado-nação, implementação das políticas neoliberais e reestruturação do sistema financeiro, pode-se considerar, analiticamente, a emergência de embates políticos entre distintos atores quanto aos rumos desse processo no contexto das forças que atuam no Estado-nacional, como indica Moraes (2004): “Mas os Estados nacionais são também arenas em que conflitam outros sujeitos – grupos e classes, partidos e movimentos, novos atores nessas relações. Mas, para fazê-lo, precisa interagir não apenas com outros Estados, mas com forças que nesses Estados figuram, como sujeitos que disputam aquela arena” (p. 4).

Neste cenário de disputas e conflitos podemos situar o BNB. Se o banco tem atrelado, de forma geral, suas políticas e seus programas às diretrizes gerais das políticas regidas pela mundialização do capital, ele pode, contudo, ser posto como um agente político regional, com um lugar diferenciado, pois permite a condução de outros processos quanto aos rumos das políticas públicas nacionais.

Tal argumento fundamenta-se, primeiramente, no fato de que o BNB pensa-se como uma instituição associada ao “desenvolvimento do Nordeste”. Segundo Douglas (1998), as instituições articulam sua legitimação, que se dá no plano de uma ordem social equiparada às leis natureza, como se a ordem social das instituições fizesse parte “de uma ordem natural das coisas”. Da mesma forma que Douglas (1998), podemos pensar que o princípio de legitimação dos conceitos, regras, normas, valores e ações do BNB, associado ao desenvolvimento, encontra-se “naturalizado” em seu pensamento

institucional, constituindo-se numa verdade que o legitima socialmente. Acrescente-se, ainda, que tal pensamento institucional revela-se no conjunto de representações e ações de distintos atores sociais sobre o banco acerca do desenvolvimento. Tal legitimação é o que permite situar o BNB como agente político regional diferenciado, com o seu lugar próprio frente ao atual contexto das políticas públicas nacionais.

Ainda, esse lugar próprio ocupado pelo BNB está fundamentado em sua própria história. A origem do BNB, fundado em 1952, está associada a uma reorientação política do Estado quanto ao desenvolvimento do Nordeste durante o período nacional-desenvolvimentista da Era Vargas, momento de uma nova tomada de posição do Estado em relação ao desenvolvimento econômico da região por meio de ações planejadas pelo próprio Estado. Ainda, no contexto do nacional-desenvolvimentismo, o BNB associa-se, nos anos 1960, ao modelo de desenvolvimento proposto pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), baseado no ideário de Celso Furtado (1983, 1984, 2001). Assim, no período em que a SUDENE foi perdendo sua força histórica no contexto regional, nos anos 1970 e 1980, o BNB tornou-se o reduto das políticas de desenvolvimento regional inspiradas por ela. Finalmente, a partir dos anos 1990, ocorreu a extinção da SUDENE, e o BNB tornou-se a única agência de fomento da região, focando sua função como banco de desenvolvimento, em que pesem as reformas neoliberais do Estado no período (Albuquerque e Veloso, 2003; Almeida, 1985; Barbosa, 1979; Cardoso, 2006; Diamond, 1961; Pinto, 1997; Silva Neto, 1976; Soares, 1977).

Considerando esta fundamentação institucional e histórica sobre o lugar diferenciado que BNB ocupa como agente político no contexto de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, pode-se, especificamente, situar seu programa de microcrédito, o CrediAmigo, diante do contexto de reordenamento do sistema financeiro.

O estudo de Rodrigues (2004) sobre as transformações do sistema financeiro nacional, iniciadas na década de 1980 e intensificadas na de 1990, aponta para a formação de um setor bancário com um segmento privado nacional mais forte, mais internacionalizado e

menos público, trazendo como consequências mais imediatas a concentração bancária no centro-sul do país, principalmente na região Sudeste, e o esvaziamento da presença e oferta de serviços bancários nas regiões menos atrativas economicamente. Para o Nordeste, ainda segundo Rodrigues (2004), este processo traz a contenção do crédito e a expressiva diminuição da presença de bancos públicos como, por exemplo, a do Banco do Brasil, no fomento às atividades agrícolas, resultando no aumento das desigualdades regionais e internas a cada região.

Paralelamente a esse processo de concentração de crédito, emergem, como alternativas, programas de microcrédito oriundos de instituições dos mais diferentes matizes (governamentais, ONG's, bancárias) que objetivam a concessão facilitada de crédito para viabilizar projetos econômicos de segmentos da população de baixa renda, focando justamente nos grupos sociais e nas regiões excluídos pela concentração bancária. Assim, experiências com programas de microcrédito têm crescido ao longo da última década nos países periféricos, como no Brasil, notadamente inspiradas no ideário do economista Muhammad Yunus e sua instituição de microcrédito em Bangladesh, o Grameen Bank (Yunus, 2000).

Consideremos aqui o Programa CrediAmigo. Segundo informações institucionais do BNB, este programa iniciou-se com um projeto piloto em 1997, passando efetivamente a operar em 1998 com a abertura de 45 unidades, e atualmente está presente em 1.481 municípios do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. O programa tem por finalidade fornecer pequenos empréstimos (de R\$ 800,00 a R\$ 8.000,00), de forma não burocrática, para que microempreendedores financiem seus negócios em troca do chamado "aval solidário", uma garantia, oferecida pelo empréstimo, em nome de um grupo formado para tanto, de maneira que aquele não é fornecido individualmente, mas sim a grupos de pessoas que se responsabilizam solidariamente por seu pagamento. O seu público-alvo, sobretudo a população de baixa renda, é constituído por autônomos, donos de pequenos negócios e trabalhadores informais que necessitam de crédito para gerar fonte de renda, no setor da indústria (mercearias, sapatarias, artesanato etc.), do comércio (merca-

dinhos, armarinhos, farmácias etc.), ou de serviços (salões de beleza, borracharias, oficinas mecânicas).

Segundo *Relatório anual* do CrediAmigo de 2007, os resultados do programa indicam: um aumento crescente entre os anos de 2001 a 2007 nas contratações (de 587.294 em 2001 a 4.538.755 em 2007) e nos clientes ativos (de 85.309 em 2001 a 343.248 em 2007), ambos com crescimento triplicado no período; que 42% e 34% são destinados respectivamente aos produtos "giro solidário" e "giro popular solidário" de sua carteira ativa, ambos destinados à aquisição de máquinas, equipamentos e realização de reformas, dentre outras modalidades menores (giro individual, comunidade e investimento fixo); que a maior quantidade do volume médio de empréstimos e número de operações (64%) é destinada às mulheres; que 92% dos empréstimos destinam-se ao setor de comércio, 6% para o de serviços e 2% para o setor industrial; e, finalmente, que o Ceará tem o maior número de clientes (89.945, 26% do total) do CrediAmigo (<http://www.bnb.gov.br>). O *Relatório anual* do BNB de 2007 destaca que o CrediAmigo representa 86% das operações de microcrédito no país. Estes dados são indicativos de que o microcrédito, desde sua implantação, alcançou uma projeção institucional significativa dentro do próprio BNB e também fora dele, nos seus dez anos de existência.

Deste modo, podemos pensar que o CrediAmigo, dentre as políticas de desenvolvimento regional do BNB, está articulado ao lugar particular que o BNB ocupa, institucional e historicamente, como agente político de desenvolvimento do Nordeste, na medida em que as linhas de ação do programa permitem reorientar o ordenamento geral da reestruturação financeira nacional que, como vimos, resulta na exclusão ao crédito de grande parcela da população e de regiões no país.

Contudo, considerando esse lugar histórico e institucional do BNB neste cenário, pode-se indagar em que medida, no conjunto das representações e ações dos funcionários envolvidos no CrediAmigo acerca do desenvolvimento, vem sendo implementado esse programa, permitindo que ele realize seu objetivo, qual seja, gerar renda por meio do microcrédito para grupos sociais e regiões menos favorecidos.

A proposta metodológica

Para a avaliação do CrediAmigo, utilizo uma metodologia centrada na etnografia. Este procedimento metodológico de natureza qualitativa permite apreendermos as representações, a visão de mundo e a perspectiva dos atores envolvidos nos programas sociais. Para tanto, realizo uma pesquisa entre os agentes do CrediAmigo no contexto institucional do programa, da perspectiva de construção de uma etnografia na empresa (Ruben, 2004).

Trata-se de realizar, nos termos de Geertz (1989), uma "descrição densa" na empresa, na qual se busca interpretar os diferentes significados acionados publicamente pelos atores à ideia de desenvolvimento, elaborados nas ações do Programa CrediAmigo. Com isso, realiza-se, ainda nos dizeres de Geertz (1989), uma "interpretação da cultura" na instituição, entendida como uma análise da estrutura de significados dados na ação social.

Desta perspectiva etnográfica, acompanho a trajetória institucional do Programa CrediAmigo, inspirando-me na noção de trajetória de Bourdieu (1986). Em seu ensaio *A ilusão biográfica*, este autor abandona o pressuposto de que uma vida é "como um conjunto coerente e orientado que pode ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto" (p. 184). Entendendo que uma vida não é um fim em si mesmo e, portanto, não tem um sentido único, Bourdieu faz uma analogia entre a vida e o nome próprio. Diz o autor que este último é o que carregamos ao longo da vida, o que lhe dá sentido, para, logo em seguida, rejeitar a ideia de que uma vida possa ser explicada apenas pela associação ao nome, considerando-a "tão absurda quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações" (idem, op. cit: 179-80).

Assim, Bourdieu constrói sua noção de trajetória "como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço ele próprio um devir submetido a incessantes transformações"

(idem, op. cit., p. 189). As trajetórias definem-se como colocações e deslocamentos no espaço social, mais precisamente “nos estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão colocados em jogo no campo considerado” (p. 190). Essa noção de trajetória faz com que se abandone a ideia de que uma vida possa ser compreendida como uma cadeia de acontecimentos, “sem outros vínculos que não a associação a um sujeito” (idem, op. cit., p. 189).

Similarmente ao que propõe Bourdieu para pensar a trajetória de uma vida, a proposta metodológica que ora apresento transpõe essa noção para considerar um programa, ou, mais precisamente, a trajetória de um programa, o CrediAmigo do BNB. Deste modo, parto da ideia de que o programa não tem um sentido único e está circunscrito a ressignificações, segundo seus distintos posicionamentos nos vários espaços institucionais que percorre, ou seja, de acordo com seus deslocamentos na instituição.

A trajetória institucional do CrediAmigo busca acompanhar as diferentes fases do programa: desde sua concepção, formulação e implementação até sua operacionalização final. Para construí-la, busca-se conhecer essas fases por meio da pesquisa entre os funcionários inseridos nos diferentes níveis hierárquicos nas dependências do BNB, de acordo com a estrutura organizacional. O conhecimento empírico advindo deste procedimento corresponde às diferentes fases desse programa, detalhadas a seguir.

Numa primeira fase, a pesquisa foca os funcionários do alto e médio escalões, responsáveis pela elaboração do programa – sua concepção, formulação e implementação – nas diferentes esferas institucionais, a saber: a Diretoria, as Áreas Operacionais e a Superintendência. Com isso, pretende-se conhecer como os funcionários representam o programa no contexto de suas ações em sua área institucional, permitindo construir suas noções sobre o BNB e o CrediAmigo. Para tanto, investigam-se os perfis desses funcionários, suas trajetórias profissionais e afiliações teóricas, as relações sociais dentro da organização, os diferentes grupos profissionais e hierárquicos, suas múltiplas alianças, conflitos e embates, assim como as relações de poder entre as diferentes hierarquias administrativas e funcio-

nais; ressalta-se, como se verá adiante, que essa investigação baseia-se na observação participante na instituição, a qual, dentre outros procedimentos, vale-se da construção das redes sociais nas quais os funcionários estão inseridos.

Numa segunda fase, ainda de acordo com o organograma do banco e visando conhecer como se realiza operacionalização final do programa, a pesquisa foca os funcionários das Unidades CrediAmigo, os responsáveis, enfim, pela execução do programa em distintas localidades. Com a mesma finalidade proposta na abordagem dos funcionários do alto e médio escalões, propõe-se conhecer como os funcionários do pequeno escalão, que operacionalizam o programa e atuam junto aos clientes, constroem suas representações sobre o BNB e o CrediAmigo no contexto de suas unidades. Assim, investigam-se as trajetórias profissionais dos funcionários, a formação de distintos grupos, as relações sociais e de poder dentro das unidades e fora delas, as relações com grupos de clientes do CrediAmigo nas comunidades locais, além da margem de decisão que estes funcionários têm em relação à efetivação do programa.

Finalmente, a pesquisa complementa-se com uma investigação que articula as duas fases anteriores, correspondentes, respectivamente, à elaboração e à execução do CrediAmigo. Para tanto, buscaram-se novamente os funcionários diretamente responsáveis pela elaboração do programa, sobretudo os do alto e médio escalões já identificados, para dialogar com alguns dados obtidos nas fases anteriores da pesquisa, verificando em que medida esses dados permitem modificar suas ideias sobre a implementação do programa no âmbito institucional e considerar uma possível reelaboração deste.

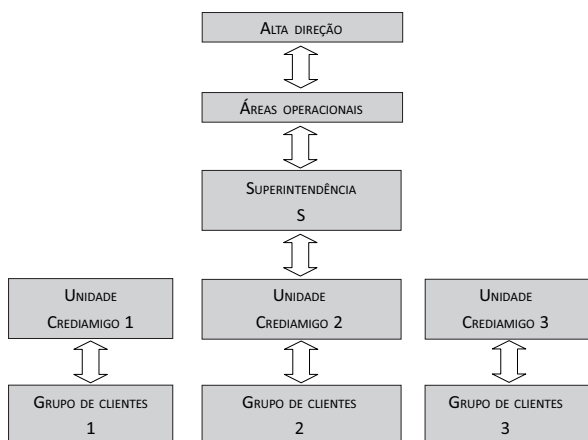
Esta proposta metodológica, da perspectiva etnográfica, baseia-se, sobretudo, na observação participante entre os funcionários de várias dependências do BNB. Para tanto, observam-se, por um período de tempo, situações rotineiras envolvendo funcionários em sua área de trabalho, sobretudo as relacionadas ao programa, e outras situações extraordinárias, tais como treinamentos e reuniões administrativas, bem como ocasiões informais como conversas esporádicas, encontros em intervalos de refeições, confraternizações etc. Es-

pecificamente, entre os funcionários das Unidades CrediAmigo, acompanham-se situações de contato que estes realizam fora de suas unidades com os grupos de clientes beneficiados pelo crédito, nos *loci* dos empreendimentos econômicos destes últimos.

Além disso, realizam-se: levantamento da documentação institucional sobre o programa; aplicação de questionários semiestruturados entre os funcionários de diversos setores; entrevistas abertas com funcionários estreitamente envolvidos nas ações do CrediAmigo, privilegiando como estratégia a construção de narrativas pessoais sobre sua trajetória profissional a partir de histórias de vida (Gussi, 2005); formação de grupos focais com funcionários de distintos setores.

Apresento a seguir um quadro que condensa esta proposta metodológica:

Quadro 1 – PROPOSTA METODOLÓGICA: A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA CREDIAMIGO DO BNB



Por fim, considero dois últimos pontos. Primeiramente, que o estudo etnográfico da trajetória institucional do CrediAmigo do BNB, ao pretender analisar as experiências dos programas de microcrédito a partir das múltiplas significações de distintos atores em seu contexto institucional, permite construir novos fundamentos teóricos e metodológicos para a avaliação do CrediAmigo, assim como dos demais programas do BNB.

Outro ponto refere-se à importância de uma avaliação das políticas públicas de caráter social destacar a trajetória institucional de um programa, na medida em que, com essa estratégia metodológica, busca-se perceber o grau de coerência e/ou dispersão do programa ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais. Desta forma, por exemplo, a avaliação de um programa gestado na esfera federal necessita da reconstituição de sua trajetória, na qual o pesquisador perceba as mudanças nos sentidos dados aos objetivos do programa e a sua dinâmica, conforme adentra espaços institucionais diferenciados e desce nas hierarquias até chegar à base, momento que corresponde ao contato direto entre agente institucional e sujeito receptor da política (Gussi; Gonçalves; Rodrigues, 2006).

Por tudo isso, acredito que essa esta proposta metodológica venha também a servir de ferramenta para a avaliação de outros programas de microcrédito e de políticas públicas de caráter social atualmente implementados, permitindo refletir acerca dos seus limites e possibilidades.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, R. C e VELLOSO, J. P. R. E (orgs.). *A promoção do desenvolvimento: 50 anos do BNDES e do Banco do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio; INAE, 2003.
- ALMEIDA, R. B. *O Nordeste no segundo governo Vargas*. Fortaleza: BNB, 1985.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Acessível em <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em nov. 2006.
- BARBOSA, R. *O Banco do Nordeste do Brasil e o desenvolvimento econômico da região*. Fortaleza: BNB, 1979.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica, in Amado, J. e Ferreira, M. M., *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- CARDOSO, G. C. C. O Estado desenvolvimentista e o Nordeste: o BNB na busca de um novo modelo de desenvolvimento regional. Tese de doutorado em economia, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – UFRN. Natal, 2006.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999.
- DIAMOND, W. *Bancos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- DOUGLAS, M. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- FREITAS, M. C. P. (org.). *Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90*. São Paulo: IPEA; FAPESP, 1999.
- FREITAS, M. C. P. e PRATES, D. M. Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México, *Economia e Sociedade*, 11. Campinas, dez. 1998, pp. 173-98.
- _____. Abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências, *Economia e Sociedade*, 17. Campinas, dez. 2001, pp. 81-111.
- FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento: em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 2001.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GUSSI, A. F. Entre mortes e (re)nascimentos no trabalho: privatização de um banco público estadual, em narrativa, in Rodrigues, L. C. e Missaia, S.. (orgs.), *Cultura e trabalho: práticas, saberes e fazeres*. Campinas: CMU Publicações – UNICAMP; Arte Escrita, 2007, pp. 133-54.
- _____. Identidades e nacionalidades no contexto de privatização do Banespa, *Revista Ideias* ano 11(3). Campinas: IFCH–UNICAMP, 2004, pp. 97-115, ed. especial.
- _____. Pedagogias da experiência no mundo do trabalho: narrativas biográficas no contexto de mudanças de um banco público estadual. Tese de doutorado em educação, Faculdade de Educação–UNICAMP. Campinas, 2005.
- GUSSI, A. F. e GONÇALVES, A. F. Economia solidária e microcrédito, IX Congresso Argentino de Antropologia Social 2005, in *Anais...* Posadas, Misiones (Argentina): Universidad Nacional de Misiones, 2005. CD-Rom.
- GUSSI, A. F.; GONÇALVES, A. F.; RODRIGUES, L. C. Avaliação de políticas públicas e programas de desenvolvimento da região Nordeste. Projeto de pesquisa. Fortaleza, 2006, mimeo.
- MORAES, R. C. Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do Estado nacional?, *Revista Educação e Sociedade*, vol. 25, nº 87. Campinas, mai.-ago. 2004 (www.scielo.br).
- _____. Reformas neoliberais e políticas públicas, *Revista Educação e Sociedade*, vol. 23, nº 80. Campinas, set. 2002 (www.scielo.br).
- NERI, M. e MEDRADO, A. L. Experimentando microcrédito: análise do impacto do CrediAmigo sobre o acesso ao crédito, *Ensaio Econômico*, nº 608. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- PINTO, A. T. *O Banco do Nordeste e a modernização regional*. Fortaleza: BNB, 1977.
- RODRIGUES, L. C. *Metáforas do Brasil: demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil*. São Paulo: Anna Blume; FAPESP, 2004.
- RUBEN, G. R. (org.). *Revista Ideias "Etnografias do Capitalismo"*, ano 11(3). Campinas: IFCH–UNICAMP, 2004, pp. 97-115, ed. especial.

SILVA NETO, F. R. *A contribuição do BNB ao desenvolvimento regional*. Fortaleza: BNB, 1976.

SOARES, P. F. F. *Nordeste – 25 Anos de BNB*. Fortaleza: BNB, 1977.

YUNUS, M. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

Résumé: Cet article présente théoriques et méthodologiques pour l'évaluation initiale des programmes de microcrédit, en particulier le CrediAmigo de Banco do Nordeste – BNB. Dans les deux cas, cet article (i) définit la discussion théorique que sur la base des réflexions de programmes de microcrédit, notamment la CrediAmigo, et (ii) soumettre la proposition méthodologique de circonscrire une recherche ethnographique de CrediAmigo fondée sur la trajectoire institutionnelle du programme, depuis leur développement entre les hauts et moyens fonctionnaires de la banque dans les dépendances du Conseil de zones d'exploitation et de surveillance, jusqu'à son final d'exécution par les fonctionnaires de CrediAmigo unités qui travaillent en collaboration étroite avec les clients de différentes communautés locales qu'ont participé à ce programme. L'étude de trajectoire institutionnelle de CrediAmigo a pour but de vérifier comment a été, en fait, mis en œuvre le microcrédit de BNB et de contribuer ainsi comme un outil d'évaluation ainsi que d'autres programmes de microcrédit.

Mots clés: politique publique; évaluation; méthodologie; microcrédit; Banco do Nordeste

Resumen: Este artículo presenta consideraciones teóricas y metodológicas para la evaluación inicial de los programas de microcrédito, específicamente el CrediAmigo del Banco do Nordeste – BNB. Por tanto, este artículo (i) establece la discusión teórica sobre las bases de las reflexiones de los programas de microcrédito, en particular el CrediAmigo, y (ii) presentar la propuesta metodológica que circunscribe una investigación etnográfica del CrediAmigo basado em La trayectoria institucional del programa, desde su desarrollo entre los funcionarios de alto y mediano grado en las dependencias hasta la Diretoria y Superintendencia del banco hasta su ejecución final por parte de los funcionarios de las Unidades CrediAmigo que trabajan en estrecha colaboración con los clientes de diversas comunidades locales asistidas por el programa. El estudio de la trayectoria institucional de CrediAmigo tiene por finalidad verificar como ha sido, de hecho, puesto em práctica microcrédito del BNB y contribuir como una herramienta para su evaluación, así como de otros programas de microcrédito.

Palabras-clave: políticas públicas; evaluación; metodología; microcrédito; Banco do Nordeste

Notas

¹ Trata-se das reflexões teórico-metodológicos que orientam o projeto de pesquisa "Cultura, desenvolvimento regional e avaliação de políticas públicas: trajetória institucional dos programas de geração de emprego e renda (CrediAmigo) do Banco do Nordeste", financiado pelo CNPq/Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa – FUNCAP.

